



MEDIDA PROVISÓRIA Nº 983, DE 2020

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

Dispõe sobre as assinaturas eletrônicas em interações com entes públicos e em questões de saúde.

EMENDA DE PLENÁRIO

(Do Sr. João Roma)

Art. 1º Inclua-se o § 3º ao art. 10 e dê nova redação ao § 6º art. 32 da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, incluídos pelo Art 8º do Projeto de Lei de Conversão apresentado pelo Relator à Medida Provisória nº 983/20:

“Art. 10.....
.....

§ 3º O Tribunal Superior Eleitoral é unidade cadastradora do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica para os órgãos de direção nacional, regional e municipal dos partidos, com competência para realizar a inscrição, seu restabelecimento, alteração de dados cadastrais e da situação cadastral do respectivo órgão partidário perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica na Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.”(NR)

.....



“Art. 32

.....

§ 6º O Tribunal Superior Eleitoral, na condição de unidade cadastradora, deverá proceder à reativação da inscrição perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica na Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil dos órgãos partidários municipais referidos no § 4º deste artigo, que estejam com a inscrição baixada ou inativada, após o recebimento da comunicação de constituição de seus órgãos de direção regionais e municipais, definitivos ou provisórios, em conformidade com os dados constantes do Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias - SGIP do Tribunal Superior Eleitoral.

J U S T I F I C A T I V A

A maior dificuldade que os partidos políticos estão enfrentando na atualidade diz respeito a regularização das suas anotações partidárias, ainda que sob a forma de comissão provisória, perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), na Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (SRFB), tem a ver com a exigência do registro da ata da eleição/designação do respectivo órgão partidário no cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, inovação esta imposta pela Lei nº 13.877/2019. Tal injunção vem obstaculizando os atos preparatórios do processo eleitoral que cada partido político está sujeito como, por exemplo, a necessidade de abertura de contas bancárias do tipo “doações para campanha” mediante apresentação de CNPJ, regularizado para praticar os atos de campanha.

E com o intuito de evitar o engessamento dos órgãos partidários nas circunscrições municipais e nas campanhas políticas de 2020, a presente emenda, na forma do substitutivo, vem aperfeiçoar e potencializar o intercâmbio já existente entre o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, com vistas a se permitir o compartilhamento de banco de dados para que seja possível o seu aproveitamento quando dá atualização



CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DO DEPUTADO FEDERAL JOÃO ROMA – REPUBLICANOS/BA

dos dados cadastrais das informações contidas no Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias (SGIP) via ato contínuo para a base da Receita Federal do Brasil de forma automática, que já acontece quando ocorre uma solicitação de expedição de CNPJ nos registros de candidaturas.

Sala das Sessões, em de de 2020.

Deputado **JOÃO ROMA**
(Republicanos-BA)

Documento eletrônico assinado por João Roma (REPUBLIC/BA), através do ponto SDR_56199, e (ver rol anexo), na forma do art. 102, § 1º, do RICD c/c o art. 2º, do Ato da Mesa n. 80 de 2016.

LexEdit
* C D 2 0 7 3 0 9 3 7 6 6 0 0 *



Emenda de Plenário à MPV (Ato Conjunto 1/20) **(Do Sr. João Roma)**

Dispõe sobre as assinaturas eletrônicas em interações com entes públicos e em questões de saúde.

Assinaram eletronicamente o documento CD207309376600, nesta ordem:

- 1 Dep. João Roma (REPUBLIC/BA)
- 2 Dep. Jhonatan de Jesus (REPUBLIC/RR) - LÍDER do REPUBLIC *- (P_5027)
- 3 Dep. Carlos Sampaio (PSDB/SP) - LÍDER do PSDB
- 4 Dep. Pedro Lupion (DEM/PR) - VICE-LÍDER do Bloco PL, PP, PSD, MDB, DEM, SOLIDARIEDADE, PTB, PROS, AVANTE

* Chancela eletrônica do(a) deputado(a), nos termos de delegação regulamentada no Ato da mesa n. 25 de 2015.